



A REVISTA “A ESCOLA” E O PRIMEIRO CONGRESSO DE PROFESSORES PÚBLICOS DO PARANÁ (1910): O PRINCÍPIO LIBERAL DE UNIVERSALIDADE

Maria Isabel Moura Nascimento¹
Claudia Maria Petchack Zanlorenzi²

Resumo

Este artigo buscou identificar a expressão das condições materiais do Paraná no início do século XX na revista A Escola, que foi veículo para a disseminação das ideias liberais apresentadas em suas folhas e reproduzidas aos professores das escolas públicas do Estado. Este veículo de comunicação aponta para as contradições de uma sociedade que se consolidava no capitalismo e, para tanto, havia a necessidade de assegurar a sua perpetuação, por meio da ideologia e seus princípios, angariando assim adeptos para a sua manutenção. Trata, especificamente, sobre o I Congresso de Professores Públicos do Paraná, o qual foi promovido pelos articulistas da revista e amplamente divulgado pela mesma. No evento foram debatidas nove teses previamente proposta por seu grupo idealizador. A partir da análise das teses, verificou-se que a de número seis foi considerada como a principal e que retrata com mais ênfase o princípio liberal de universalidade.

Palavras-chave: Liberalismo. Imprensa. Revista A Escola. Universalidade.

“A ESCOLA” MAGAZINE AND THE FIRST PUBLIC TEACHERS CONGRESS FROM PARANÁ (1910): THE LIBERAL PRINCIPLE OF UNIVERSALITY.

Abstract

This article aimed to identify the expression of material conditions of Paraná at the beginning of the 20th century in “A Escola” magazine, which was the vehicle for the dissemination of the liberal ideas presented in its pages and reproduced to the teachers of the state public schools. This vehicle of communication points to the contradictions of a society that was consolidated in capitalism and, for that, should ensure its perpetuation, through ideology and its principles, thus garnering adepts for its maintenance. It deals specifically with the First Congress of Public Teachers of Paraná, which was promoted by the journalists of the magazine and widely disseminated by the same. In the event, nine theses were previously debated and proposed by their group. From the analysis of the theses, it was verified that the number six was considered the major one and it manifests with more emphasis the liberal principle of universality.

Keywords: Liberalism. Press. A Escola magazine. Universality.



INTRODUÇÃO

Na pesquisa em História de Educação, já não se admite a simples utilização de documentação oficial, muito menos a valorização de determinadas fontes sobre outras. Em qualquer perspectiva de trabalho, as fontes utilizadas precisam sofrer a análise do pesquisador que as contextualiza, buscando uma racionalidade que não está explícita no documento, mas na metodologia e no direcionamento científico, contido na perspectiva teórica. (GONÇALVES NETO et al, 1997, p. 01). Neste sentido, a imprensa mostra-se um importante observatório para se estudar o pensamento dominante, por meio dos discursos veiculados e pela repercussão dos temas debatidos. “O processo de construção da nação brasileira deve muito aos jornais, folhas e revistas que participaram ativamente da luta pela adoção de um estatuto de modernidade”. (PERIOTTO, 2010, p. 2).

A imprensa de cunho educacional revela ser uma fonte ímpar e muito rica, pois constrói um importante quadro para se entender como era o ensino, bem como a ideologia que circulava na região através dos jornais e revistas, como por exemplo a Revista “A Escola”, do Grêmio de Professores Públicos do Estado do Paraná³, que foi veiculada entre 1906 a 1910, o qual será a fonte primária deste estudo.

Reflexo das condições materiais da sua época, a revista A Escola foi veículo para a disseminação das ideias liberais⁴, expressas em suas folhas e reproduzidas aos professores das escolas públicas do Estado do Paraná, ou seja, este veículo de comunicação aponta para as contradições de uma sociedade que se consolidava no capitalismo e para tanto havia a necessidade assegurar a sua perpetuação, por meio da ideologia e seus princípios angariando assim adeptos para a sua manutenção.

Frente a estas veiculações que se pretende fazer estudo que proporcione “[...] tomar aparência como evidência, a de dar conta da natureza dialeticamente contraditória da própria aparência” (RIBEIRO, 2004, p. 91), principalmente com uma fonte expressão dos ideais do contexto histórico.

O presente artigo tem por objetivo apresentar parte de um estudo que está sendo realizado sobre a utilização da referida revista como legitimação da ideologia liberal, mais especificamente, sobre o Congresso de Professores Públicos do Paraná, momento em que foram debatidas teses previamente organizadas pelos professores à frente da revista e que foram apresentadas aos participantes.

Para tanto, haja vista que se considera o liberalismo a ideologia do capitalismo, primeiramente será discutido sobre o liberalismo e educação e na sequência serão apresentadas reflexões preliminares sobre o Congresso de Professores Públicos do Estado do Paraná, como evento que legitimaria os ideais liberais.

LIBERALISMO E EDUCAÇÃO

Expressão de estudos de teóricos burgueses, o liberalismo foi a ideologia que fortaleceu a classe que detinha os meios de produção a partir do século XVII com a desestruturação da ordem feudal. Liberdade, igualdade, segurança, tolerância e da mesma forma individualismo e propriedade são os princípios do liberalismo, que considerados



fundamentais ao sujeito como direitos individuais, são garantidos e assegurados pelo Estado Moderno, proporcionando o crescimento e o progresso.

Tendo os pressupostos destes teóricos como Locke e Smith entre outros, o liberalismo, ideologia do capitalismo, por meio de tais princípios trouxe conquistas significativas à sociedade moderna.

Trata-se de momento decisivo porque, a partir de então, uma série de ideias deixam de ser apenas intuições, reveladas aqui e ali. Elas começam a constituir um verdadeiro sistema de pensamento, um sistema que afirma, convictamente, que o mundo seria melhor – mais justo, racional, eficiente e produtivo [...]. (MORAES, 2000, p. 07)

Portanto, como contraponto à sociedade feudal, é importante salientar a sua contribuição e assim considerá-lo, caso contrário estaríamos jogando a criança com a água do banho e não considerando o movimento da história, pois “[...] o processo civilizatório deve muito, historicamente, à burguesia liberal”. (ALVES, 2007, p. 80).

Outrossim, falar de liberalismo enquanto fenômeno histórico é falar de liberalismos, haja vista a peculiaridade de sua modificação e adaptação que se fizeram necessárias, uma vez que é a ideologia para manutenção de um modo de produção. Por exemplo, no Brasil, o liberalismo “[...] só pode ser entendido com referência à realidade brasileira. Os liberais brasileiros importaram princípios e fórmulas políticas, mas as ajustaram às suas próprias necessidades”. (COSTA, 1999, p. 132).

Considerá-lo como ideologia já pressupõe que como tal, tem o objetivo produzir e reproduzir um modo de viver, que implica numa interpretação fragmentada e parcial da realidade condicionada pela materialidade das forças produtivas, ocultando as contradições como um véu espesso, dando “[...] aos pensamentos a forma de universalidade, representando-os como únicos, razoáveis, os únicos verdadeiramente válidos” (ENGELS; MARX, 1979, p. 57) e assim assegurando a perpetuação da ideologia pela ausência de consciência e conhecimento.

Desta feita, a ideologia é intrínseca à estruturação da sociedade e o modo de produção vigente, como pano de fundo em que se estabelecerão as instituições. Contudo, é importante salientar que a ideologia não pode ser considerada como algo falso ou como algo idealizado como conspiração, mas sim como a aparência no sentido de que a maneira pelo qual o processo oculto, que produz e conserva a sociedade, se manifesta, ou seja, fruto das relações de produção e da exploração na sociedade capitalista, pois

[...] na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e a qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social. Não é a consciência que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência. (MARX, 2008, p. 47).



Este modo de viver que é dominante, caracteriza-se pela visão reducionista que as benesses do crescimento econômico, por meio do acúmulo de capital estimulado pela competição e a divisão de trabalho seria estendido a todos. Especificamente, a divisão do trabalho, “[...] tanto quanto possa ser introduzida, ocasiona em toda técnica um proporcional aumento a produção a partir do aumento da destreza do trabalhador, aumento das forças produtivas do trabalho”. (SMITH, 1981, p. 02).

A questão que se coloca é de que forma os princípios do liberalismo se consolidaram na sociedade? Pelo discurso impessoal e principalmente pelo preceito da universalidade, a qual generaliza interesses particulares estendendo-os a toda sociedade legitimando a divisão de classe, apontada como natural e como o fator diferencial. A ideologia liberal então caracteriza-se como “[...] uma concepção particular de mundo que se pretende inculcar a todas as classes e camadas como concepção universal”. (CURY, 1988 p. 6).

O ideal do liberalismo é que todos os sujeitos tenham condições de vida, e que tenham os seus direitos garantidos, sendo a liberdade um direito basilar.

Ser livre, no liberalismo, é não ser coagido a agir (fazer ou a deixar de fazer)- é não ser obrigado a fazer, nem impedido de fazer, por terceiros. Ser livre, portanto, não deve ser confundido com “ter condições materiais para fazer”, ter recursos para fazer”, “ter poder para fazer”, “ter capacidade para fazer” alguma coisa”. (CHAVES, 2007, p. 11).

Neste sentido, o indivíduo é livre e essa liberdade é garantida formalmente e legalmente cabendo a cada indivíduo obter a capacidade para exercer a sua liberdade, uma vez que são livres e proprietários, pois “[...] cada homem tem uma propriedade em sua própria pessoa; a esta ninguém tem qualquer direito senão ele mesmo. O trabalho do seu corpo e a obra das suas mãos, pode dizer-se, são propriamente dele”. (LOCKE, 1991, p. 227). Assim, é de responsabilidade do indivíduo angariar os recursos, pois

Deus ao dar o mundo em comum a todos os homens, ordenou-lhe também que trabalhasse “[...] e aquele que, em obediência a esta ordem de Deus, dominou, lavrou e semeou parte da terra, anexou-lhe por esse meio algo que lhe pertencia. (LOCKE, 1991, p. 229).

Contudo, a produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual e em geral a conquista desta liberdade numa sociedade capitalista, na qual todos são livres e proprietários como já foi apontado - um dos meios de produção e outros da força de trabalho- é impossível, haja vista nem todas as pessoas terem os mesmos recursos e nem possibilidades de como obter tais recursos, pois quem determina as condições da propriedade é a classe que domina os meios de produção.

Privilegia-se assim, como condição para a liberdade, a dependência aos talentos de cada indivíduo, valorizando-se desta forma a autonomia e a meritocracia, ou seja, a individualidade, pois “[...] é o próprio indivíduo que tem que prover para si próprio esses meios de subsistência, pelo seu trabalho” (CHAVES, 2007, p. 17), cabendo a ele aproveitar as oportunidades trazidas na sociedade camuflando a sociedade de classes. Como desenvolver a liberdade, a autonomia e a igualdade numa sociedade sustentada na divisão



de classe? Que instrumentos foram utilizados para que a ideologia liberal desempenhasse o seu objetivo de camuflar as diferenças entre os sujeitos apresentando-as como naturais?

A educação, fruto das condições materiais, além de outras instituições, foi (ou ainda é?) instrumento para a reprodução do liberalismo a partir da disseminação dos ideais da burguesia, pelos seus princípios. Caracterizada como um trabalho não material, que tem por objeto o conhecimento, valores, ideias (SAVIANI, 2008), é permeada pelo paradoxo da permanência e transformação, tanto na relação com o conhecimento elaborado pela humanidade e com este a possibilidade de transformação das práticas sociais, tanto como um espaço para a disseminação in loco de ideias, valores, enfim da ideologia, com a reprodução e manutenção das condições materiais, propagando a ideia de que a escola igualmente proporciona a todos o direito de acesso ao conhecimento, cabendo a cada um aproveitar esta oportunidade, naturalizando e individualizando o processo.

Estes princípios podem ser vistos de forma concreta nos jornais e revistas que tinham como foco divulgar os encaminhamentos educacionais, como por exemplo a Revista “A Escola” que em dezembro de 1910, promoveu o I Congresso de Professores Públicos do Paraná, onde foram feitos debates sobre nove teses previamente organizadas envolvendo o professorado paranaense.

O PRINCÍPIO LIBERAL DE UNIVERSALIDADE E O I CONGRESSO

O liberalismo, como ideologia para manutenção do capitalismo, como já foi apontado, utiliza -se de princípios como a individualidade, a tolerância, a igualdade, a liberdade. A fim de ser reconhecido e para sua efetiva aceitação, necessita apropriar-se de um corpus de representações e normas. (CHAUI, 2016, p. 247). Dentre estas representações, a universalidade e nesta a generalização dos interesses da minoria como da maioria, é uma forma de resumir o individual no social, a partir do consenso e da vontade geral.

Nesta linha, o Grêmio dos Professores Públicos do Estado do Paraná, fruto do contexto do início da República brasileira e dos ideais defendidos, como meio de legitimação das ideias liberais entre os professores da rede pública, realizou o I Congresso dos Professores Públicos do Paraná, com a finalidade de debater sobre assuntos referentes ao ensino.

É primordial apontar que a noção de ideologia está vinculada às relações materiais do contexto e que os editores e escritores da revista A Escola posicionavam-se a partir da sua realidade concreta e aparente, pois pela forma como os homens trabalham é que se processa a sua vida, a sua humanização; e é pela sua vida material que os homens produzem para a sua subsistência física e intelectual.

Sobretudo, a forma como produzem, determina os tipos diferentes de pensar e “Mesmo as fantasmagorias correspondem, no cérebro humano, as sublimações necessariamente resultantes do processo da sua vida material que pode ser observado empiricamente e que repousa em bases materiais”. (ENGELS; MARX, 1979, p. 25). Sendo assim, a ideologia não pode ser considerada como algo especulativo, mas sim que a própria ideologia surge das questões materiais da existência, com o ocultamento da gênese das desigualdades próprias da sociedade capitalista, legitimado assim pelo liberalismo e



perpetuando a divisão de classe, como natural e inevitável, sendo esta a finalidade da ideologia liberal.

Organizar um Congresso⁵, no qual fossem discutidas as teses já elaboradas pelo grupo, era uma forma de persuasão, apontando o interesse de um grupo como interesse geral, ou seja, “[...] a tentativa para fazer com que *o ponto de vista particular* da classe que exerce a dominação apareça para *todos* os sujeitos sociais e políticos como *universal* e não como interesse particular de uma classe determinada”. (CHAUÍ, 2007, p. 31, grifo do autor). O congresso foi realizado em dezembro de 1910, nos dias 17, 18, 21, 23, no qual

[...] reuniu-se o Congresso dos Professores do Paraná, convocado pelo Grêmio dos Professores. As reuniões se efetuaram no edifício da Instrução Pública [...]. Foi numerosa a concorrência de professores públicos da capital e de outras localidades, diretores de collegios particulares, e diversos dos mais distintos lentes cathedaticos. (A ESCOLA: REVISTA DO GRÊMIO DOS PROFESSORES PÚBLICOS DO ESTADO, 1910, p. 122)⁶.

O número de professores públicos no Paraná, em 1910, conforme relatório do Diretor Geral de Instrução Pública, Artur Pedreira de Cerqueira, de 31 de dezembro de 1910, era de 281, já os professores subvencionados eram 67 e provisórios eram 7. Em relação à categoria de professores nas escolas públicas, havia os efetivos e os provisórios. Os professores efetivos só podiam ser nomeados, conforme artigo 78º do Regulamento de Ensino do Estado do Paraná (1901), caso fossem “[...] diplomados pela Escola Normal e os pretendentes que se acharem habilitados ou que habilitarem, de conformidade com as disposições sobre concurso, contidas no título IV capítulo II” (PARANÁ, 1901, p. 104). A outra categoria, os professores provisórios eram “[...] nomeados pelo Governador, sob proposta do diretor-geral, enquanto não houver professores diplomados em número correspondente aos das escolas públicas, ressalvados os direitos dos professores que se acharem fóra do exercício”. (PARANÁ, 1901, p. 104).

Estes professores estavam distribuídos em 514 cadeiras primárias, sendo 124 para o sexo masculino, 41 para o feminino e 349 promiscuas. Já no Ginásio Paranaense, havia 157 alunos e na Escola Normal 155, sendo 200 para o sexo masculino e 112 para o feminino. O total de matrículas nas escolas públicas e subvencionadas no Estado do Paraná era de 14054, no qual 8126 eram do sexo masculino e 5929 para o sexo feminino.

O referido secretário aponta na sequência, que a constituição do curso normal não permitia a realização do objetivo, principalmente pela “[...] ausência pratica necessaria dos methods de ensino preconizados e que deveria ser systematicamente adquirido pelos futuros professores em toda duração do curso”. (XAVIER, 1910, p. 14).

Direcionando à uma fragmentação do processo, verifica-se que o ideal de professor era de preparado intelectualmente, íntegro moralmente e da vocação para o magistério, porém a formação inicial não estava sendo adequada para tal, principalmente em relação ao método de ensino, sem uma reflexão para além das questões pragmáticas, ou seja, sobre as condições materiais do contexto da época, ou seja, a totalidade.

Como forma de ampliar esta formação a revista A Escola, que tinha sua publicação desde 1906, seria um canal que poderia auxiliar na formação continuada dos referidos professores, uma vez que vem “[...] não só preencher uma lacuna mas ainda lidar sincera e



descabeladamente em pró do progredimento da intrucção pública do nosso futuroso Estado e da classe que a dirige [...]. (PARANÁ, 1906, p. 01). A preocupação do periódico é “Fazer o mestre, dotar a escola de um pessoal aparelhado para os prédios edificantes e gloriosos de inteligência.”, fato que vai se consolidando durante a vigência da revista e de forma enfática e concreta na organização da I Congresso dos professores públicos do Estado do Paraná, em 1910, com a intensão de “[...] que a aludida assembleia seja constituída com maior número possível de professores.”(A ESCOLA: REVISTA DO GRÊMIO DOS PROFESSORES PÚBLICOS DO ESTADO, 1910, p. 81). A proposta de reunir os docentes para discussões já havia sido apontada no Relatório de Instrução Pública, de 1906, o qual assinalava a importância das conferências públicas que eram

“[...] um poderoso meio de propaganda da instrucção popular e que tem produzido resultado em todos os paizes cultos.[...] Dessas edificantes reuniões resultam não só grandes vantagens, não só para os alumnos como especialmente para aqueles que se acham encarregados de educar e instruir as gerações futuras.[...] vantajosas comunicações de pensamentos entre membros do magistério. (PARANÁ, 1906, p. 17)

A apresentação do Congresso foi registrada na revista já na edição de setembro e outubro, de 1909, números 4 e 5, ocasião em que as teses foram apresentadas, como também foi apontada a expectativa de que “[...] todos os professores do Estado concorrerão às sessões do referido congresso, como também se alistarão como sócio do nosso Grêmio (A ESCOLA: REVISTA DO GRÊMIO DOS PROFESSORES PÚBLICOS DO ESTADO, 1910, p. 81), registro que demonstra a intensão de disseminação de suas propostas a todos os professores e em contrapartida mais adeptos ao Grêmio, inclusive propondo que “[...] ao menos cada município fazer-se representar por um professor ou professora do mesmo.” (A ESCOLA: REVISTA DO GRÊMIO DOS PROFESSORES PÚBLICOS DO ESTADO, 1909, p. 81). O congresso foi realizado em dezembro de 1910, nos dias 17, 18, 21, 23, no edifício de instrução pública, para o debate das teses pré estabelecidas e registradas na revista com os devidos comentários dos articulistas,

- 1) Qual a orientação a dar ao ensino público, uma vez considerada a escola factor do Estado?
- 2) Haverá conveniencia para o Brazil na unificação da instrucção publica?
- 3) Ministrando o ensino, qual o fim a que se propõe a escola? Instruir ou educar? Em que deve consistir a instrucção dada á creança e ao jovem? Em que deve consistir a educação?
- 4) O ensino da moral deverá ser ministrado pela escola publica? Em caso affirmativo, como deve ser compreendido e dado esse ensinamento?
- 5) A educação civica, como a intellectual e a moral, deverá decorrer dos livros de leitura?
- 6) Será conveniente a uniformidade de livros em todas as escolas publicas do estado? Quaes as vantagens ou desvantagens dessa unificação?
- 7) Os livros actuaes de ensino satisfazem os interesses do Estado e da Patria?
- 8) O actual regulamento da instrucção publica satisfaz as exigencias do ensino no Paraná?
- 9) Haverá conveniencia em fundar-se uma associação dos professores com o fim de tratar dos interesses da classe e da causa do ensino? O actual “Gremio dos Professores” poderá preencher esses fins? (A ESCOLA: REVISTA DO GRÊMIO DOS PROFESSORES PÚBLICOS DO ESTADO, 1909, p. 81)⁷.



Verificou-se que nas outras edições, salva a já referida de 1909, não houve menção à proposição de um Congresso, nem apresentação, explicação e discussão das teses escolhidas pelos educadores e se teve eco entre os demais das escolas públicas do Paraná, o que denota que os educadores frente à revista tinham a intensão do consenso daqueles que acreditavam não ter condições de emitirem opiniões, apenas eles mesmos impregnados do “espírito burguês”. (CAMBI, 1999, p. 408). Haja vista, a problemática apontada pelo grupo que o ensino público do Estado “[...] é uma instituição primitiva e arcaica, cheia de defeitos crassos que a inibem de progredir” (A ESCOLA: REVISTA DO GRÊMIO DOS PROFESSORES PÚBLICOS DO ESTADO, 1910, p. 122).

Destaca-se dentre as teses, a número seis (6), “[...] a these capital” (A ESCOLA: REVISTA DO GRÊMIO DOS PROFESSORES PÚBLICOS DO ESTADO, 1910, p. 129), como afirmada na revista, que trata do livro utilizado e que os idealizadores apontam em seus comentários a necessidade de uniformidade, argumentando que “[...] sem a uniformidade dos livros a instrução pública há de arrastar manca, defeituosa, penosamente”. (A ESCOLA: REVISTA DO GRÊMIO DOS PROFESSORES PÚBLICOS DO ESTADO, 1910, p. 129)⁸.

A tese ao tratar sobre a uniformização dos livros, traz em sua argumentação também que “[...] as escolas públicas são em geral frequentadas por crianças pobres cujos os pais não podem adquirir repetidas coleções de livros” (A ESCOLA: REVISTA DO GRÊMIO DOS PROFESSORES PÚBLICOS DO ESTADO, 1910, p. 129)⁹, neste sentido haveria igualdade entre os alunos, ou melhor, aparentemente e sedutoramente, a tese apresenta a preocupação para que todos tenham igual oportunidade de adquirir os livros, enfim, todos teriam a chance de aprender da mesma forma. Todavia, em nenhum momento é apontada como seria a distribuição destes livros, se equânime e assumida pelo estado, e sim que esta uniformização ajudaria os pais pobres não comprarem tantos livros, o que já demonstra a desigualdade e a meritocracia, sem uma análise mais profunda das condições materiais dos alunos.

Esta unidade representada pela uniformização colocaria os alunos à mercê dos livros que não os próprios professores escolheriam, pois “A uniformização é necessidade urgente: precisa termo essa babel phantástica de livros escolares adoptados conforme as ideias, o capricho, o humor, de cada mestre”. (A ESCOLA: REVISTA DO GRÊMIO DOS PROFESSORES PÚBLICOS DO ESTADO, 1910, p. 129)¹⁰.

Aspectos podem ser pontuados em relação à universalização na referida tese, porém é preponderante, primeiramente, apontar que “[...] educador necessita, por sua vez, ser educado” (MARX; ENGELS, s/d, p. 208) ou seja, será educado e formado na sociedade existente, o que contribuirá para a manutenção do já existente.

Os mesmos organizadores que propõem um congresso para os debates sobre o ensino público paranaense, apontam a necessidade de uniformidade nos livros, sem considerar a opinião dos professores, inclusive com a proposta de que

Caso não existam livros para uma systematização, o congresso que tome a iniciativa de abrir concorrência entre os professores do Estado, é claro, de conformidade com as leis em vigor e com as normas aprovadas pelo mesmo congresso. Depois do veridictum das competentes autoridades do ensino, o governo por certo não recalcitrará em mandar imprimir os trabalhos classificados.



(A ESCOLA: REVISTA DO GRÊMIO DOS PROFESSORES PÚBLICOS DO ESTADO, 1910, p. 129)¹¹.

A vontade geral, a partir da discussão coletiva proposta na forma de congresso pelos professores participantes, disfarçaria a intencionalidade da universalização. Dando a impressão de coletividade pela discussão nos dias do congresso, as teses pré-concebidas demonstrariam que o interesse do grupo era aceitação dos demais dos objetivos que um pequeno grupo colocaria como verdadeiro. Peculiar do liberalismo que se apropria do discurso abstrato, a invenção de uma universalidade não possibilita a análise concreta do real e conseqüentemente proporciona a dominação.

A tese acima discutida assinala tal situação, principalmente quando é apontado na revista que os livros deveriam ser aprovados pelas competentes autoridades, em conformidade com as normas aprovadas pelo congresso, no qual participaram “distintos lentes cathedraicos”, ou seja, pessoas de mérito intelectual que estabeleceriam as normas. Assim, os interesses de um grupo seriam perpetuados nas impressões do livro e chanceladas pelo Estado, uma vez que este, no capitalismo, é o órgão básico para a manutenção da divisão de classe.

As teses ao serem aprovadas pelos participantes do congresso, na ilusão de que formalmente aprovadas estariam de acordo com os anseios dos educadores paranaenses, porém sem uma análise das condições materiais, são um rico material para a análise da legitimidade do liberalismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo não se encerra aqui, acreditamos que as fontes que examinamos não falam por si só ao historiador e que o seu mirante sempre estará inacabado, precisando de mais estudos. Por isso a busca constante da compreensão da Revista Escola e o pensamento liberal divulgado nos congressos apontando o ensino público paranaense, como a necessidade de uniformidade nos livros, sem considerar a opinião dos professores.

É necessário apontar que a utilização da imprensa como fonte de pesquisa não tem por finalidade a busca da verdade, estagnada, sem considerar o movimento da história, estudando-a de maneira isolada, a fonte pela fonte, pois como suporte da linguagem deve ser compreendida nas situações concretas. Para tanto, é necessário problematizá-la, compreendendo o concreto aparente.

Muito embora as questões presentes no I Congresso do Professor Públicos do Estado do Paraná, serem temas inseridos na sociedade no início do século XX, verifica-se que estão presentes no meio educacional e permanecem na contemporaneidade.

Debater sobre esta permanência é primordial para compreensão dos fins e da especificidade da educação, ou seja, a formação integral do ser humano histórico. Diante disso pretendeu-se com este artigo investigar a forma de convencimento da imprensa educacional, para a compreensão do movimento que ela realiza para a difusão e a manutenção do liberalismo na sociedade brasileira.



REFERÊNCIAS

- A ESCOLA: REVISTA DO GRÊMIO DOS PROFESSORES PÚBLICOS DO ESTADO. Curitiba: Acervo Biblioteca Pública do Paraná: divisão estadual. 1906-1910.
- ALVES, G. O liberalismo e a produção da escola pública moderna. In: LOMBARDI, José C.; SANFELICE, J. L. (Org.). **Liberalismo e educação em debate**. Campinas, SP: Autores Associados; HISTEDBR, 2007. p. 61-86.
- CHAUÍ, M. **Cultura e democracia**: o discurso competente e outras falas. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- CHAUÍ, M. Ideologia e educação. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 42, n. 1, p. 245-257, jan./mar. 2016.
- CHAVES, E. O. C. O liberalismo na política, economia e sociedade e suas implicações para a educação. In: LOMBARDI, J. C.; SANFELICE, J. L. (Org.). **Liberalismo e educação em debate**. Campinas, SP: Autores Associados; HISTEDBR, 2007. p. 01-60.
- COLLICHIO, T. A. F. Dois eventos importantes para a história da educação brasileira: a exposição pedagógica de 1883 e as conferências populares da Freguesia da Glória. **Fac. Educ.**, São Paulo, v. 13, n. 2, jul./dez. 1987.
- COSTA, E. V. **Da Monarquia à República**. 6. ed. São Paulo: Ed. da UNESP, 1999.
- CURY, C. R. J. **Ideologia e educação brasileira**: católicos e liberais. 4. ed. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1988.
- GONÇALVES NETO, W. et al. Educação e Imprensa: análise de jornais de Uberlândia, MG, nas primeiras décadas do século XX. **Revista de Educação Pública**. Cuiabá, n. 6, 1997.
- LOCKE, J. **Ensaio acerca do entendimento humano**. Segundo tratado sobre o governo. 5. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991. (Os pensadores).
- MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã I**. Lisboa: Presença, 1979.
- MARX, K.; ENGELS, F. **Obras Escolhidas**. São Paulo: Alfa-Omega, v. 3, s/d.
- MARX, K. **Manuscritos econômicos e filosóficos**. Tradução, apresentação e notas de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2008.
- MOACYR, P. **A Instrução e o Império**. São Paulo: Companhia Editora Nacional. v. 2, 1937. Disponível em: <<http://www.brasiliana.com.br/obras/a-instrucao-e-o-imperio-2-vol>>. Acesso em: 20 dez. 2017.



MORAES, R. C. C. Liberalismo clássico: notas sobre sua história e alguns de seus argumentos. **Textos didáticos**. Campinas-SP: IFCH/UNICAMP. n. 40, 2000.

PARANÁ. **Relatório do Diretor Geral de Instrução Pública**. Curitiba: Acervo Arquivo Público do Paraná, 1910.

PERIOTTO, M. R. Educar para o bom governo: a reforma moral dos homens públicos no Jornal de Tímon. In: MIZUTA, C. M. M.; FARIA FILHO, L. M.; PERIOTTO, M. R. (Org.). **Império em debate**: Imprensa e educação no Brasil oitocentista. Maringá, PR: Ed. da EDUEM, 2010. p. 253-297.

RIBEIRO, M. L. História das políticas educacionais: a questão das fontes. In: LOMBARDI, J. C.; NASCIMENTO, M. I. M. (Org.). **Fontes, história e historiografia da educação**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004. p. 87-96. (Coleção Memória da Educação).

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica**: Primeiras aproximações polêmicas do nosso tempo. 11. ed. São Paulo. Autores associados, 2008.

SMITH, A. **Riqueza das nações**. 2. ed. São Paulo: Húmus, 1981.

Notas

¹ Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Histedbr Campos Gerais-PR;

² Professora da Universidade Estadual do Paraná- Campus União da Vitória-PR Membro do grupo de pesquisa Histedbr-Campos Gerais-Pr

³ A *ESCOLA*: Revista do Grêmio dos Professores Públicos do Estado, 1906-1910. Acervo Biblioteca Pública do Paraná: divisão estadual. Os escritos desta fonte primária estarão na grafia original.

⁴ ZANLORENZI, C. M. P. A expressão do liberalismo na Revista A Escola (1906-1910) no Paraná, Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2014.

⁵ A primeira proposta de Congresso aos professores no país, remonta de 1882. O Congresso de Instrução no Rio de Janeiro foi proposto pelo governo com o objetivo de um debate com pessoas com experiência e eminentes sobre o tema, no dia 1º de junho. (MOACYR, 1937). Todavia o mesmo não foi realizado, dado o novo Ministro empossado considerar inoportuna dispendiosa a sua realização. (COLLICHIO, 1987, p. 07).

⁶ A escola: revista do grêmio dos professores públicos do estado, n. 01-03.

⁷ A escola: revista do grêmio dos professores públicos do estado, n. 4-5.

⁸ A escola: revista do grêmio dos professores públicos do estado, n. 1-3.

⁹ A escola: revista do grêmio dos professores públicos do estado, n. 1-3.

¹⁰ A escola: revista do grêmio dos professores públicos do estado, n. 1-3.

¹¹ A escola: revista do grêmio dos professores públicos do estado, n. 1-3.

Submetido em: 13/11/2017

Aprovado em: 13/12/2017